

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Banco Cooperativo do Brasil - Bancoob
Dezembro de 2018 e 2017

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2018 e 2017

Cenário Macroeconômico

O panorama macroeconômico em 2018 mostrou-se satisfatório, embora em ritmo inferior ao esperado no início do ano. A inflação seguiu baixa, a taxa de juros nos mínimos históricos, houve recuperação moderada do crédito, as contas externas permaneceram sólidas, a taxa de desemprego apresentou redução modesta e os índices de confiança melhoraram, principalmente após o desfecho do processo eleitoral. Foi um ano em que houve retomada da atividade econômica, ainda que o episódio da greve dos caminhoneiros tenha ocasionado impactos expressivos sobre diversos setores da atividade. A situação fiscal, ainda preocupante, requer o equacionamento dos elevados déficits previdenciários para sua reversão. Até o terceiro trimestre de 2018 o PIB acumulou alta de 1,3%, impulsionado pelo setor agropecuário – que apresentou crescimento de 2,5% – e seguido pelo consumo das famílias – 1,4% no 3º trimestre –, demonstrando a tímida recuperação econômica, principalmente reprimida pela greve dos caminhoneiros e pelas incertezas políticas apresentadas no decorrer do ano eleitoral. Um dos sinais dessa retomada foi observado no crédito livre, onde as concessões de novos empréstimos (recursos livres) às pessoas físicas (PF) e pessoas jurídicas (PJ) exibiram respectivamente, variações em 6,7% e 12,0% em termos reais, no acumulado entre janeiro e novembro em comparação com o mesmo período de 2017. Ou seja, a volta do crédito não esteve mais concentrada apenas nas operações para PF, mas alcançou também as empresas. Neste quadro menos desfavorável as taxas de inadimplência continuaram em queda, tendo alcançado em novembro 3,0% e 4,8% nas operações com recursos livres para PJ e PF respectivamente, lembrando que, no final de 2017, estes percentuais encontravam-se em 4,5% e 5,2%. Por outro lado, o setor industrial perdeu fôlego ao longo do ano, principalmente pelo agravamento da crise econômica na Argentina no segundo semestre, uma vez que é líder no ranking dos países que mais importam produtos manufaturados brasileiros. Outro fator que contribuiu foi a tímida demanda interna. De acordo com a pesquisa industrial mensal (PIM-IBGE), a produção industrial total cresceu 1,5% entre janeiro e novembro em comparação com o mesmo período do ano anterior, uma expansão inferior à observada em 2017 (2,6%). Ainda assim houve destaques positivos, como o forte crescimento de 9,5% na produção de bens de consumo duráveis e de 8,2% na produção de bens de capital, neste caso proporcionalmente pelo aumento das exportações e pela incipiente recomposição dos investimentos em máquinas e equipamentos no país. Neste contexto, a formação bruta de capital fixo apresentou alta acumulada de 4,5% até o terceiro trimestre de 2018, apontando para o primeiro ano de crescimento dos investimentos desde 2013. O consumo das famílias manteve-se em recuperação moderada, ilustrado pelos dados da pesquisa mensal do comércio (PMC-IBGE). No acumulado entre janeiro e novembro de 2018, as vendas no varejo cresceram 5,3% em comparação com o mesmo período do ano anterior, após a expansão de 4,0% registrada em 2017. Além da retomada relevante do crédito, houve continuidade da melhora dos condicionantes emprego e renda, embora neste caso de forma ainda modesta. De acordo com a PNAD Contínua, a taxa de desocupação no trimestre encerrado em novembro atingiu 11,6% na série original, pouco abaixo do patamar de 12,0% registrado em novembro de 2017. A massa de rendimentos habituais apresentou alta de 1,6% em termos reais, na comparação anual em novembro, variação inferior à observada no ano de 2017 (2,6%). Como notícia positiva, a geração de empregos com carteira assinada somou 858,4 mil em termos líquidos até novembro, de acordo com dados do Ministério do Trabalho (Caged), melhor resultado para o período desde 2014.

Os sinais de melhora da economia não impediram um ano de cautela entre consumidores e empresários, sentimento captado pelos movimentos dos índices de confiança. Com o término do processo eleitoral houve uma melhora dos indicadores, embora de forma desigual. A confiança da indústria reagiu menos, tendo em vista as dificuldades que o setor se defrontou ao longo do ano, que resultaram na perda de dinamismo da produção especialmente no segundo semestre. Neste contexto, o índice de confiança da indústria (ICI-FGV) que iniciou o ano em 99,4 pontos, fechou 2018 em 94,8 pontos, mesmo com uma pifia alta nos meses de novembro e dezembro. Entre os consumidores, o panorama se mostrou diferente, embora a lenta recuperação do mercado de trabalho, o resultado eleitoral e a percepção de alguma melhora da atividade levaram o ICC-FGV a fechar o ano em 93,8 pontos, maior patamar desde 2014. A confiança do comércio deu um salto no final do ano, para o maior nível desde abril de 2013. Movimentos de elevação também foram observados nos indicadores dos setores de serviços e construção.

A inflação continuou controlada em 2018, apesar da pressão pontual em junho gerada pelo episódio da greve dos caminhoneiros. O IPCA fechou o ano com variação de 3,75%, acima do registrado em 2017 (2,95%), porém abaixo da meta de 4,50%. A maior contribuição para a inflação do ano decorreu dos preços administrados, que subiram 6,2%, reflexo de itens como energia elétrica (8,7%), gasolina (7,3%) e plano de saúde (11,2%). Os preços livres subiram apenas 2,9%. Diante do quadro inflacionário benigno, o Banco Central manteve a taxa Selic em 6,5% desde a reunião de março, quando promoveu o último corte nos juros. Este contexto favorável, que permitiu a manutenção da taxa básica em seu menor nível histórico, envolveu a inflação corrente abaixo da meta e expectativas futuras ancoradas e um grau ainda elevado de ociosidade na economia, que sustentou uma retomada lenta durante o ano. As contas externas seguiram confortáveis. O superávit comercial somou US\$ 58,3 bilhões em 2018, com aumentos relevantes nas exportações (9,6% pelas médias diárias) e nas importações (19,7%). Essa alta das importações provocou uma redução do superávit em relação a 2017 (US\$ 67 bilhões), mas o resultado reflete algo positivo, que foi a melhora gradual da demanda interna. Os números do balanço de pagamentos também reforçaram este quadro benigno. O déficit em transações correntes somou US\$ 14 bilhões nos 12 meses encerrados em novembro, o que corresponde a 0,7% do PIB estimado para o período. Além de baixo, o déficit é financiado por larga margem pelos investimentos diretos no país. No mesmo período, o montante do investimento direto no país (IDP) somou US\$ 79,8 bilhões, volume que superou diante das incertezas que marcaram o panorama econômico e político do Brasil. Complementando a solidez da posição externa do país, as reservas internacionais fecharam o ano em US\$ 386,9 bilhões. As contas públicas continuaram como o principal contraponto, a despeito dos sinais de melhora da atividade econômica. A arrecadação federal cresceu 5,6% em termos reais entre janeiro e novembro, em comparação com o mesmo período de 2017. A retomada da atividade, mesmo que lenta, contribui para o aumento real das receitas, impulsionadas também pela elevação dos recursos obtidos com *royalties* do petróleo. Com isso, o déficit primário do governo atingiu 1,4% do PIB no acumulado do ano até novembro, uma leve redução ante o déficit registrado no ano de 2017 (1,7% do PIB). No período, o déficit primário somou R\$ 88,4 bilhões, inferior ao registrado nos primeiros onze meses de 2017 (R\$ 103,2 bilhões). Mais do que a pequena melhora do resultado total, vale destacar o avanço do superávit do Tesouro Nacional no período, de R\$ 69,5 bilhões para R\$ 97,8 bilhões. O agravamento do déficit da previdência (de R\$ 172,7 bilhões para R\$ 186,3 bilhões) impediu uma redução mais expressiva do déficit primário. Neste contexto, a relação dívida bruta/PIB, que fechou 2017 em 74%, alcançou em novembro o patamar de 76,7%, dinâmica que ilustra o grave cenário fiscal ainda enfrentado.

No cenário internacional, predominou um ambiente de crescente apreensão, diante da perspectiva de piora do desempenho das principais economias. Mais dos condicionantes da deterioração de sentimento foi o aumento das tensões comerciais entre EUA e China, com novas medidas restritivas adotadas ao longo do ano, embora ao final de 2018 os países tenham mantido um tom mais conciliador. Outro fator que contribuiu foi a continuidade do ajuste monetário pelo Federal Reserve (Fed), que consolidou o cenário de menor liquidez após um longo período de forte expansionismo. Porém, o Fed alterou seu discurso e passou a sinalizar a possibilidade de abreviamento do ciclo de aumento dos juros. Tensões políticas na Europa também continuaram aflorando, com destaque para a formação do governo populista na Itália e as dificuldades para o acordo com o Brexit.

Em suma, o ano de 2018 foi marcado por maior instabilidade nos mercados e aumento da apreensão entre os agentes econômicos, seja por fatores externos ou internos. A piora do ambiente externo e a tensão pré-eleitoral acentuaram a volatilidade e pressionaram os ativos do país, movimento parcialmente revertido apenas com o desfecho das eleições. Embora persistam dúvidas quanto à governabilidade durante este novo mandato, a visão de continuidade da agenda liberal e do apoio às reformas necessárias – principalmente de cunho fiscal – proporcionou a melhora da confiança da sociedade na parte final do ano. O maior otimismo, seja de consumidores, empresários e investidores, representa um importante ponto de partida para 2019.

Bancoob

Fundado em 1996, o Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob) é um banco múltiplo privado especializado no atendimento às cooperativas de crédito, cujo controle acionário pertence às entidades filiadas ao Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Sicoob. Sua atividade é orientada para a busca de soluções que incrementem o portfólio de produtos e serviços das cooperativas, desenvolvendo ações que priorizam a decisão colegiada e a gestão de controles e riscos. Para alcançar esse objetivo, expandiu o campo de atuação e formou seu conglomerado que atualmente é constituído pelas empresas Bancoob DTVM, Sicoob Seguradora, Cabal Brasil e Ponta Administradora de Consórcios, além da Fundação Sicoob de Previdência Privada (Sicoob Previ), da qual é fundador e patrocinador.

Com um relacionamento estreito com as cooperativas parceiras e as cooperativas do Sicoob, sua atividade é orientada para ofertar produtos e serviços financeiros a serem disponibilizados aos cooperados. Atua, também, no aperfeiçoamento contínuo de processos determinantes para a melhoria dos resultados financeiros, prestando serviços tais como: consultoria jurídica, centralização financeira/SPB, captação de recursos e repasses, compensação bancária (cobrança e convênios) e ouvidoria.

Em 2018, o Bancoob encerrou o ano com alta de 31,2% do lucro líquido, em relação a 2017, alcançando o valor de R\$ 229,1 milhões. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio do ano correspondeu a 217,1% do CDI médio do período.

As operações de crédito e repasses interfinanceiros atingiram o valor de R\$ 11,9 bilhões, representando crescimento de 19,4% em relação ao ano anterior. Nos últimos cinco anos, o saldo de crédito do Bancoob vem registrando expressiva evolução com crescimento médio anual de 13% ante 4% do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Esse número comprova resiliência frente aos adversos desafios econômicos no Brasil nos últimos anos. Em depósitos totais, o Banco encerrou o ano com montante de R\$ 35,7 bilhões, sendo 15,3% maior do que o total de 2017.

No âmbito da atividade bancária, destacamos o produto de aquisição, cujo crescimento do faturamento até 2017 foi de 69,7%, totalizando R\$ 30 bilhões com mais de 190 mil estabelecimentos ativos com “maquininhas” Sipag. Os números de consórcios também foram significativos, com 110 mil cotas ativas, cresceu 43% no ano, com carteira administrada atingindo R\$ 7,8 bilhões.

Como intensificação das iniciativas comerciais, 2018 foi o segundo ano da Campanha Nacional de Vendas (CNV). A CNV tem abrangência sistêmica, engloba todos os produtos do portfólio do Bancoob e a força de vendas das cooperativas atua associando a oferta de produtos do Sicoob às necessidades e condições do cooperado. Como resultado dessa ação, houve expressivo crescimento nas receitas de prestação de serviços para as cooperativas singulares.

Performance

O Bancoob encerrou 2018 com ativos totais consolidados de R\$ 50,04 bilhões, aumento de 14,46% em relação ao mesmo período do ano anterior, destacando-se:

a. Aplicações interfinanceiras de liquidez e TVM

Com montante consolidado de R\$ 29,29 bilhões em 2018, tem expressiva participação de títulos públicos federais (LFTs, LTNs e NTNs), o que equivale a aproximadamente 11,85% do total.

b. Operações de crédito e repasses interfinanceiros

A carteira de crédito e repasses interfinanceiros totalizou R\$ 11,98 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 19,38% em relação a 2017. Na composição total destacam-se as linhas contratadas de capital de giro, que apresentou expansão de 461,37%, e crédito imobiliário, que apresentou um aumento de 315,54%. Também apresentaram crescimento a Poupança Rural, Recursos Próprios, Recursos Obrigatórios, BNDES/Finame e FCO. A carteira de crédito consignado (Crédito Consignado INSS e Tradicional) atingiu o valor de R\$ 775 milhões, aumento de 19,04% em relação a 2017.

c. Operações de cartões

O Bancoob, emissor de cartões do Sicoob e de outros sistemas cooperativos, encerrou o ano de 2018 com 3,89 milhões de plásticos, dos quais 1,87 milhão possui limite implantado. A expansão da base de cartões junto aos outros sistemas contribuiu com aproximadamente 23% do faturamento total. O volume de compras no semestre foi de R\$ 28,41 bilhões, significando um crescimento de 38% em relação ao mesmo período de 2017. Considerando apenas as transações realizadas na função crédito, o volume foi de R\$ 15,9 bilhões.

d. Operações de aquisição

A aquisição registrou no ano de 2018 um crescimento de 58,07% sobre a base de credenciamentos ativos da maquininha Sipag, na comparação com o mesmo período de 2017. A expansão da base contribuiu com o aumento do faturamento acumulado em R\$ 12,3 bilhões, o que representa um crescimento de 69,72% em relação ao ano de 2017.

e. Depósitos

Os depósitos totais consolidados alcançaram, em 2018, o valor de R\$ 35,63 bilhões, um aumento de 15,29% em relação ao mesmo período do ano anterior, demonstrando a confiança no Bancoob como gestor das disponibilidades de caixa do Sicoob.

A Poupança Cooperada fechou o exercício somando R\$ 5,24 bilhões, um crescimento de 34,63% em relação ao ano de 2017.

f. Processamento de serviços

O Bancoob prestou serviços de custódia, microfimagem, rastreamento de documentos e pesquisas em tempo real, entre outros. Além disso, compensou durante o ano de 2018 um total de 362.824.277 documentos, número 16,82% superior ao exercício de 2017.

g. Novos convênios

No ano de 2018, novos convênios corporativos de arrecadação de faturas/guias com código de barras e débito automático foram firmados, totalizando 594 parcerias. O portfólio de convênios está à disposição das cooperativas do Sicoob e dos demais sistemas e entidades não filiadas, sendo um dos mais representativos do Sistema Financeiro Nacional.

Gerenciamento de riscos e gerenciamento de capital

I. Gerenciamento de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos do Bancoob, com base nas políticas, estratégias, processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades. A alocação de recursos, a definição de responsabilidades e de processos e a aplicação das melhores práticas de gerenciamento de riscos conferem maior transparência, eficácia e tempestividade às operações.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

Os riscos considerados relevantes e que fazem parte do gerenciamento integrado de riscos são:

a) Financeiros: risco de crédito, risco de mercado, risco de variação das taxas de juros e risco de liquidez.
b) Não Financeiros: risco operacional, risco socioambiental, risco de imagem, risco de conformidade, risco de estratégia, gestão de continuidade de negócios (GCN) e prevenção à lavagem de dinheiro (PLD).
O Bancoob adota mapa de interações entre riscos, publicado em manual específico, para indicar as correlações existentes entre os riscos.

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gestão de riscos na Instituição.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo, aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência. Visando otimizar a delegação e coordenação de tarefas essenciais ao gerenciamento de riscos, o Bancoob adota modelo de três linhas de defesa, com a seguinte caracterização:

a) 1ª linha: controles e gestão operacional aplicados pelas áreas que assumem riscos;
b) 2ª linha: áreas específicas para desempenho das atividades de controles internos, gerenciamento de riscos e conformidade, de forma integrada;
c) 3ª linha: avaliação independente da Auditoria Interna.

A cultura de riscos é disseminada por meio de processo estruturado, com base em treinamentos específicos. Informações sobre os níveis de apetite por riscos apresentados na Declaração de Apetite por Riscos (RAS), políticas, estratégias e processos relacionados ao gerenciamento integrado de riscos são disseminadas na Instituição.

O Programa de Testes de Estresse (PTE) está inserido no gerenciamento integrado de riscos do Bancoob e tem o objetivo de identificar impactos de eventos e circunstâncias adversas na Instituição ou em um portfólio, por meio de exercícios de testes de estresse de sensibilidade. Para dar suporte a essa estrutura, o Bancoob dispõe de área especializada para gerenciamento de riscos, segregada das unidades de negócios e da unidade executora da atividade de auditoria interna, com o objetivo de assegurar, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na RAS.

Os órgãos de governança, comitês e a alta administração acompanham permanentemente as atividades e os indicadores de gerenciamento de riscos, de forma a garantir a eficiência e eficácia do modelo de controle.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer as diretrizes, políticas e alçadas para o gerenciamento de riscos.

O Comitê de Riscos (Coris) é responsável por apoiar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições.

No nível executivo, o diretor para gerenciamento de riscos (CRO) é responsável pela atividade de gerenciamento contínuo e integrado de riscos. Suas atividades são acompanhadas no âmbito do Comitê de Riscos.

A Auditoria Interna desempenha o papel de promover a avaliação independente das atividades, sistemas, modelos e procedimentos desenvolvidos na Instituição, permitindo à alta administração aferir a adequação dos controles, a efetividade do gerenciamento dos riscos e o cumprimento das normas internas e requisitos regulamentares.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontram-se disponíveis no site do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo das estruturas de gerenciamentos de riscos e de gerenciamento de capital e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

a. Risco de crédito

O risco de crédito decorre da incerteza de uma contraparte honrar seus compromissos. O gerenciamento do risco de crédito do Bancoob possui como diretriz a Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. O Bancoob é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do seu conglomerado e fundação patrocinada, conforme prevê o inciso II do art. 2º da Resolução CMN 4.557/2017, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o Bancoob dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O Bancoob realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

a) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
b) estimativa (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
c) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
d) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
e) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
f) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
g) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
h) área responsável pelo cálculo e projeção do capital regulamentar necessário, bem como o nível de provisão para créditos de liquidação duvidosa;
i) modelos para avaliação do risco de crédito do cliente, de acordo com o público tomador, que levam em conta características específicas das contrapartes e questões setoriais e macroeconômicas;
j) limites portfolizados de crédito para cada cliente e limites globais por carteira;
k) modelo para avaliar o impacto na provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como no capital regulamentar e índice de Basileia, em condição extrema de risco de crédito.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

b. Riscos de mercado e de variação das taxas de juros

O Bancoob aderiu à Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros do Bancoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros prevê:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:
a.1) valor em risco (*Value at Risk – VaR*);
a.2) descasamentos para avaliação de impacto na margem financeira;
a.3) limites máximos de riscos de mercado e de variação das taxas de juros;
a.4) realização periódica de *backtests* dos modelos de cálculo de riscos de mercado e de variação das taxas de juros;
a.5) aplicação de cenários de estresse;
a.6) definição de planos de contingência;
b) realização de testes de avaliação dos sistemas de controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros;
c) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros;
d) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros.
O Bancoob estrutura o gerenciamento do risco de mercado utilizando as boas práticas e modelos consolidados de avaliação. Para o cálculo do risco de mercado são utilizadas metodologias padronizadas de acordo com os fatores de risco para os instrumentos classificados na carteira de negociação (*trading*).

Para as parcelas de risco de mercado RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAacm, RWAcom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

O gerenciamento do risco de variação das taxas de juros para a carteira bancária (*banking*) utiliza as boas práticas e modelos consolidados de avaliação. São adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de estabelecimento de limites de risco, de testes de estresse e de aderência do modelo de mensuração de risco (*backtest*).

A métrica adotada para cálculo do risco de variação das taxas de juros da carteira bancária (*banking*) é o *Value at Risk – VaR* (Valor em Risco), que mede a perda máxima estimada para determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado um intervalo de confiança estabelecido.

São realizados testes de estresse mensais, com o objetivo de aferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

c. Risco de Liquidez

O Bancoob aderiu às seguintes políticas: Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez. Tais políticas preveem procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez do Bancoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez prevê:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:
a.1) limite mínimo de liquidez;
a.2) fluxo de caixa projetado;
a.3) aplicação de cenários de estresse;
a.4) definição de planos de contingência;
b) realização de testes de avaliação dos sistemas de controle do risco de liquidez;
c) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
d) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos de identificação de riscos, de curto e longo prazo, considerando os possíveis impactos na liquidez do Conglomerado Bancoob.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez da Instituição. Trimestralmente, são realizadas e testadas simulações em diversos cenários.

Como mecanismo de controle para avaliação da efetividade do plano de contingência, trimestralmente, são testadas as principais medidas com o intuito de avaliar a capacidade de geração de liquidez.

d. Risco operacional e risco de imagem

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional do Sicoob, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de riscos operacionais consiste na avaliação quantitativa e qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação e tratamento.

As perdas operacionais são comunicadas à Gerência de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles. Os resultados são apresentados à Diretoria e aos Conselhos de Administração e Fiscal.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA). O gerenciamento do risco de imagem é realizado através do monitoramento dos canais de comunicação institucionais (Ouvidoria, SAC), do Banco Central do Brasil (Sistema de Registro de Demandas do Cidadão - RDR) e públicos (Reclame Aqui e redes sociais).

A exposição das marcas e os impactos de imagem nas campanhas realizadas pelo Sicoob e Bancoob são permanentemente acompanhados. O monitoramento do risco de imagem também é avaliado nas materializações dos riscos financeiros e não financeiros, incluindo os possíveis desenquadramentos perante órgãos reguladores.

e. Risco socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) do Sicoob, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

a) pessoas atuadas por crime ambiental;
b) empregadores flagrados explorando trabalhadores na condição análoga a de escravos ou infantil;
c) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;
d) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;
e) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

f. Risco de conformidade

As diretrizes para gerenciamento do risco de conformidade encontram-se registradas na Política de Conformidade, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O Bancoob possui funcionários dedicados exclusivamente à aplicação da política e dos procedimentos específicos. Atuam também como consultores com a missão de prestar as informações necessárias para que seja efetivamente implementado o processo de conformidade.

g. Risco de estratégia

O Bancoob desdobra a sua orientação estratégica de agregar fatores de competitividade às cooperativas do Sicoob, posicionando-se como ente sistêmico gestor de produtos de varejo bancário, nas seguintes plataformas de negócios:

✓ Pagamentos;	✓ Pré-pago;
✓ Crédito;	✓ Adquirência;
✓ Administração de recursos de terceiros;	✓ Consórcios;
✓ Centralização financeira;	✓ Crédito habitacional;
✓ Previdência;	✓ Digitalização;
✓ Seguros;	✓ Investimentos;
✓ Cartões;	✓ Câmbio e comércio exterior;
	✓ Derivativos agropecuários.

h. Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios do Sicoob, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;
e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

i. Prevenção à Lavagem de Dinheiro

As diretrizes encontram-se registradas na Política Institucional de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O processo de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT) tem como objetivo detectar, por meio de informações constantes do Sistema de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo e Prevenção e Combate a Fraudes (PLDPCF), comportamentos, situações e operações atípicas.

O processo de PLD/FT compreende as seguintes etapas:

a) monitoramento;
b) análise e diligenciamnto;
c) comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf);
d) emissão de relatórios gerenciais.

II. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital no Bancoob observa as diretrizes contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual o Bancoob aderiu formalmente por decisão do seu Conselho de Administração.

Além de dispor de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos para o horizonte mínimo de três anos, as principais fontes e o plano de contingência, o Bancoob mantém um conjunto de metodologias que permitem identificar e avaliar os riscos relevantes inerentes às suas operações, de forma a manter capital compatível.

Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de capital é avaliado anualmente pela Auditoria Interna.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontram-se disponíveis no site do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo das estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

Patrimônio líquido e resultado do período

O patrimônio líquido consolidado em 31 de dezembro de 2018 alcançou o montante de R\$ 1,79 bilhão, o que representa um crescimento de 14,33% em relação ao ano anterior.

No exercício, o lucro líquido consolidado foi de R\$ 23

Balanco Patrimonial

31 de dezembro de 2018 e 2017

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	Banco		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Circulante		34.698.598	29.176.697	34.767.749	29.270.297
Disponibilidades	5	8.187	12.142	8.424	12.167
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	17.053.764	14.120.051	17.053.764	14.120.051
Aplicações no mercado aberto		15.590.845	12.299.616	15.590.845	12.299.616
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.462.919	1.820.435	1.462.919	1.820.435
Títulos e valores mobiliários	7	2.465.886	1.707.896	2.475.044	1.741.338
Carteira própria		1.797.515	1.380.699	1.806.673	1.414.141
Vinculados a compromissos de recompra		-	3.017	-	3.017
Vinculados à prestação de garantias		668.371	324.180	668.371	324.180
Relações interfinanceiras	20(a)	10.157.704	9.657.000	10.192.743	9.686.524
Pagamentos e recebimentos a liquidar		3.627.002	3.264.791	3.662.041	3.294.315
Créditos vinculados ao Banco Central do Brasil		1.043.455	1.226.829	1.043.455	1.226.829
Repasse interfinanceiros		5.491.399	5.173.503	5.491.399	5.173.503
(-) Provisão para perdas em repasses interfinanceiros		(4.224)	(8.195)	(4.224)	(8.195)
Relações com correspondentes		72	72	72	72
Operações de crédito	8	1.211.415	945.877	1.211.415	945.877
Operações de crédito - setor privado		1.229.553	958.630	1.229.553	958.630
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8(g)	(18.138)	(12.753)	(18.138)	(12.753)
Outros créditos		3.727.859	2.694.815	3.751.413	2.724.799
Rendas a receber		18.459	12.611	23.446	22.270
Diversos	20(b)	3.736.244	2.696.985	3.754.811	2.717.310
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(26.844)	(14.781)	(26.844)	(14.781)
Outros valores e bens		73.783	38.916	74.946	39.541
Outros valores e bens		2.395	2.621	2.395	2.621
Despesas antecipadas		71.388	36.295	72.551	36.920
Não circulante		15.323.641	14.497.326	15.271.949	14.449.172
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	7	9.735.165	10.321.655	9.757.512	10.322.451
Carteira própria		5.937.825	6.529.665	5.960.172	6.530.461
Vinculados a compromissos de recompra		718.950	612.153	718.950	612.153
Vinculados ao Banco Central		-	40.288	-	40.288
Vinculados à prestação de garantias		3.078.390	3.139.549	3.078.390	3.139.549
Relações interfinanceiras	20(a)	2.392.036	1.577.677	2.392.036	1.577.677
Repasse interfinanceiros		2.394.197	1.581.015	2.394.197	1.581.015
(-) Provisão para perdas em repasses interfinanceiros		(2.161)	(3.338)	(2.161)	(3.338)
Operações de crédito	8	2.891.724	2.348.389	2.891.724	2.348.389
Operações de crédito - setor privado		2.925.504	2.370.458	2.925.504	2.370.458
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(33.780)	(22.069)	(33.780)	(22.069)
Outros créditos		92.974	65.056	94.167	65.756
Diversos	20(b)	94.801	65.087	95.994	65.787
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(1.827)	(31)	(1.827)	(31)
Investimentos		135.743	102.435	40.532	32.472
Participações em coligadas e controladas	10	135.390	102.235	40.179	32.272
Outros investimentos		353	200	353	200
Imobilizado	11	73.940	79.205	86.684	92.515
Imóveis de uso		75.592	75.592	77.092	75.592
Outras imobilizações de uso		30.355	31.031	51.390	51.312
(-) Depreciações acumuladas		(32.007)	(27.418)	(41.798)	(34.389)
Intangível	12	2.059	2.909	9.294	9.912
Softwares		9.235	9.180	24.515	22.046
(-) Amortizações acumuladas		(7.176)	(6.271)	(15.221)	(12.134)
Total do ativo		50.022.239	43.674.023	50.039.698	43.719.469

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado

31 de dezembro de 2018 e 2017

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Banco		Consolidado		
		2º Semestre 2018	Exercícios 2018	Exercícios 2017	2018	2017
Receitas da intermediação financeira		1.437.814	2.766.789	3.314.217	2.768.271	3.317.025
Operações de crédito	8(h)	454.477	908.699	957.408	908.699	957.408
Resultado com títulos e valores mobiliários	7(b)	960.923	1.816.399	2.325.161	1.817.880	2.327.969
Resultado das aplicações compulsórias		22.414	41.691	31.648	41.691	31.648
Despesas da intermediação financeira		(1.220.433)	(2.322.173)	(2.909.599)	(2.316.277)	(2.903.465)
Operações de captação no mercado	13(b)	(1.147.962)	(2.188.306)	(2.801.209)	(2.182.400)	(2.795.440)
Operações de empréstimos e repasses	16(b)	(53.780)	(101.067)	(85.819)	(101.077)	(85.819)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8(g)	(18.691)	(32.800)	(22.571)	(32.800)	(22.206)
Resultado bruto da intermediação financeira		217.381	444.616	404.618	451.994	413.560
Outras receitas (despesas) operacionais		(42.669)	(35.903)	(89.889)	(25.723)	(77.430)
Receitas de prestação de serviços	20(g)	535.261	1.037.924	845.185	1.191.173	977.005
Rendas de tarifas bancárias	20(h)	45	74	61	74	61
Despesas de pessoal	20(h)	(63.338)	(116.897)	(99.619)	(167.205)	(140.031)
Despesas administrativas	20(i)	(126.010)	(231.293)	(251.988)	(259.746)	(278.862)
Despesas tributárias		(60.999)	(135.723)	(133.741)	(156.538)	(152.620)
Resultado de participações em controladas e coligadas	10	18.297	37.334	30.929	9.564	4.932
Outras receitas operacionais	20(j)	171.797	309.478	192.888	314.375	197.403
Outras despesas operacionais	20(k)	(517.722)	(936.800)	(673.604)	(957.420)	(685.318)
Resultado operacional		174.712	408.713	314.729	426.271	336.130
Resultado não operacional	20(l)	(459)	(601)	(879)	(686)	(879)
Resultado antes da tributação e da participação no lucro		174.253	408.112	313.850	425.585	335.251
Imposto de renda e contribuição social	9	(72.053)	(168.150)	(130.286)	(184.395)	(149.771)
Imposto de renda	9(d)	(49.914)	(107.799)	(94.410)	(118.496)	(107.214)
Contribuição social	9(d)	(42.158)	(88.830)	(77.988)	(94.438)	(84.697)
Crédito fiscal diferido	9(b)	20.019	28.479	42.112	28.539	42.140
Participação dos empregados no lucro	22(e)	(5.755)	(10.890)	(8.922)	(11.137)	(9.135)
Lucro líquido do semestre/exercício		96.445	229.072	174.642	230.053	176.345
Número de ações:		829.448.865	829.448.865	741.656.681		
Lucro líquido por lote de 1.000 ações - R\$		116,28	276,17	235,48		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

31 de dezembro de 2018 e 2017

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital Social		Reserva de Capital	Reserva de Capital	Reserva de lucros	Ajustes ao valor de mercado	Lucros Acumulados	Ações em tesouraria	Total
		Aumento	(-)Capital a integralizar							
Saldos em 31 de dezembro de 2016		1.164.179	-	-	45	178.072	(4.590)	-	(26)	1.337.680
Aumento de capital	18(a)	155.063	40.000	-	-	-	-	-	-	195.063
Dividendos propostos de exercícios anteriores	18(d)	-	-	-	-	(147.310)	-	-	-	(147.310)
Ajuste de avaliação patrimonial - títulos disponíveis para venda		-	-	-	-	-	7.408	-	-	7.408
Ações em tesouraria		-	-	-	-	-	-	(33)	-	(33)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	174.642	-	174.642
Destinações propostas:										
Reserva legal		-	-	-	-	8.732	-	(8.732)	-	-
Reserva de lucros		-	-	-	-	157.614	-	(157.614)	-	-
Dividendos propostos	18(d)	-	-	-	-	-	-	(8.296)	-	(8.296)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		1.319.242	40.000	-	45	197.108	2.818	-	(59)	1.559.154
Mutações do exercício		155.063	40.000	-	-	19.036	7.408	-	(33)	221.474
Saldos em 31 de dezembro de 2017		1.319.242	40.000	-	45	197.108	2.818	-	(59)	1.559.154
Aumento de capital	18(a)	205.910	-	-	-	-	-	-	-	205.910
Capital a realizar		125.910	(165.910)	-	-	-	-	-	-	(40.000)
Integralização de capital		(165.910)	165.910	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de ações próprias		-	-	-	6	-	-	-	-	6
Dividendos propostos de exercícios anteriores		-	-	-	-	(157.614)	-	-	-	(157.614)
Ajuste de avaliação patrimonial - títulos disponíveis para venda		-	-	-	-	-	(1.459)	-	-	(1.459)
Ações em tesouraria		-	-	-	-	-	-	59	-	59
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	229.072	-	229.072
Destinações propostas:										
Reserva legal		-	-	-	-	11.454	-	(11.454)	-	-
Reserva de lucros		-	-	-	-	206.737	-	(206.737)	-	-
Dividendos propostos	18(d)	-	-	-	-	-	-	(10.881)	-	(10.881)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		1.525.152	40.000	-	51	257.685	1.359	-	(33)	1.784.247
Mutações do exercício		205.910	(40.000)	-	6	60.577	(1.459)	-	59	225.093
Saldos em 30 de junho de 2018		1.525.152	-	-	51	165.821	1.300	-	-	1.692.324
Ajuste de avaliação patrimonial - títulos disponíveis para venda		-	-	-	-	-	59	-	-	59
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	96.445	-	96.445
Destinações proposta:										
Reserva legal		-	-	-	-	4.822	-	(4.822)	-	-
Reserva de lucros		-	-	-	-	87.042	-	(87.042)	-	-
Dividendos propostos	18(d)	-	-	-	-	-	-	(4.581)	-	(4.581)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		1.525.152	-	-	51	257.685	1.359	-	(33)	1.784.247
Mutações do exercícios		-	-	-	-	91.864	59	-	-	91.923

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Banco		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Circulante		43.349.126 </			

apresentadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das S.As., associadas às normas e às instruções do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem, além dos saldos contábeis do Banco, os do Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Ponta Administradora de Consórcios Ltda., Cabal Brasil Ltda. e Bancoob Participações em Seguridade S.A. Foram eliminadas as participações societárias, os saldos a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre controladas e controlador.

A Diretoria colegiada do Bancoob submeteu ao Conselho de Administração que aprovou essas demonstrações contábeis em 12 de fevereiro de 2019.

Nota 3 - Resumo das principais práticas contábeis

a. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável. Os itens significativos sujeitos ao processo de aplicação de estimativas e premissas incluem a avaliação do valor de recuperação do imobilizado e do intangível, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a estimativa de realização dos créditos tributários, a provisão para desembolso originado do contencioso de natureza fiscal, trabalhista e cível e a valorização de títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos apresentados nas demonstrações contábeis, em decorrência de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Bancoob revisa as estimativas e premissas semestralmente.

b. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado pelo regime contábil de competência.

c. Moeda estrangeira

Os ativos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e são utilizadas pelo Bancoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez e obrigações por operações compromissadas

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação/captação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Importante destacar que se trata de operações lastreadas em títulos públicos federais e privados.

f. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, definidos pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central, de acordo com a intenção da Administração, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- i. **Títulos para negociação** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente, de forma ativa, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- ii. **Títulos disponíveis para venda** - Títulos e valores mobiliários que não são classificados como “títulos para negociação” nem como “mantidos até o vencimento”. Esses títulos são ajustados a valor de mercado, sendo o resultado do ajuste, líquido dos efeitos tributários, registrado em conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado.
- iii. **Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção de serem mantidos até o vencimento, baseado em estudos de capacidade financeira, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. A metodologia de marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização. Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata* dia com observância do regime de competência pelo método exponencial ou linear, com base nas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período. Quando da alienação dos títulos disponíveis para venda, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucros ou prejuízos com títulos e valores mobiliários.

g. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos, em atendimento à Circular nº 3.082/01 do Banco Central, são avaliados pelo valor de mercado no mínimo por ocasião dos balancetes mensais e dos balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas diretamente em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros derivativos. A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização de acordo com as características do derivativo.

h. Provisão para créditos de liquidação duvidosa e repasses interfinanceiros

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a análise e a classificação do tomador e da operação e observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99. A Resolução requer a análise pericial da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” o de menor risco e “H” o de maior risco. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente serão reconhecidas no resultado após o seu efetivo recebimento.

A operação classificada como de risco nível “H” é transferida para a conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, somente decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco. A operação renegociada é mantida no mínimo no mesmo nível de risco em que estava classificada antes da renegociação e aquela que estava anteriormente registrada como prejuízo passa a ser classificada como de risco nível “H”. Somente é realizada a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança da classificação de risco. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na Nota 8g.

i. Investimentos

Os investimentos são registrados pelo custo de aquisição, sendo as participações societárias em controladas e coligadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

j. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear, observadas as seguintes taxas anuais, baseada na estimativa de vida útil: imóveis de uso – 4,70%, equipamentos de uso - 10%, veículos e processamento de dados - 20%. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável.

k. Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem *softwares* adquiridos de terceiros e são amortizados a uma taxa anual de 20%. Também é objeto de avaliação anual sobre redução ao valor recuperável.

l. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização.

m. Depósitos e captações no mercado

Os recursos provenientes de depósitos estão demonstrados pelo valor captado, incluindo as atualizações incorridas, *pro rata* dia.

n. Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis que incluem encargos e variações monetárias incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar, quando aplicável.

o. Plano de Previdência

O plano de previdência instituído pelo Bancoob possui a característica de contribuição definida e as contribuições mensais são reconhecidas como despesa no resultado do período.

p. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e a contribuição social à alíquota de 20%, tendo por base de cálculo o lucro real na forma dos dispositivos legais vigentes. O crédito tributário de imposto de renda foi calculado com base na mesma alíquota descrita acima e o crédito tributário de contribuição social foi calculado à alíquota de 15%, considerando o disposto na Lei nº 13.169/15. Ambos os créditos tributários são reconhecidos considerando-se a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, em um prazo de até dez anos, conforme a Resolução CMN nº 3.355/06. A referida expectativa de geração de lucros tributáveis futuros está fundamentada em estudo técnico elaborado pela Administração, atualizado semestralmente.

q. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As provisões são reconhecidas no balanço atendendo a uma obrigação legal do Bancoob ou são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Ativos e Passivos Contingentes - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e das contingências passivas são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/09, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, da seguinte forma:

- **Ativos Contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis.
- **Causas Judiciais** - São reconhecidos contabilmente, baseados na opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade das ações, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, gerando uma saída de recursos para a liquidação, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas nas notas explicativas, quando individualmente relevantes.
- **Obrigações Legais** - São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, as quais o Bancoob tem por diretriz reconhecê-las contabilmente.

r. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

s. Pronunciamentos técnicos - CPCs

O Banco Central do Brasil aprovou a adoção dos seguintes Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC, que estão contemplados nas demonstrações contábeis:

- CPC 00 (R1) - Pronunciamento conceitual básico;
- CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos;
- CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis;
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa;
- CPC 04 (R1) - Ativo intangível;
- CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas;
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações;
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro;
- CPC 24 - Evento subsequente;
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;
- CPC 27 - Ativo imobilizado;
- CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados.

Os demais Pronunciamentos Técnicos publicados serão adotados quando aprovada a sua adoção pelo Banco Central do Brasil.

Nota 4 – Composição do caixa e equivalentes de caixa

a. Composição

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

	Banco				Consolidado	
	Nota	2018	2017	2018	2017	2018
Caixa						
Disponibilidades	5	8.187	12.142	8.424	12.167	
Moeda nacional		225	235	229	260	
Depósitos bancários		-	-	233	-	
Reservas livres		76	-	76	-	
Moeda estrangeira		7.886	11.907	7.886	11.907	
Equivalentes de caixa						
Aplicações interfinanceiras de liquidez (até 90 dias)	6	15.590.845	12.299.615	15.590.845	12.299.616	
Total		15.599.032	12.311.757	15.599.269	12.311.783	

Nota 5 - Disponibilidades

	Banco			Consolidado	
	Nota	2018	2017	2018	2017
Moeda nacional		225	235	229	260
Depósitos bancários		-	-	233	-
Reservas livres		76	-	76	-
Moeda estrangeira		7.886	11.907	7.886	11.907
Total		8.187	12.142	8.424	12.167

Nota 6 - Aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Composição das aplicações interfinanceiras de liquidez

	Banco					Total		Consolidado	
	Nota	Vencimento				2018	2017	2018	2017
		Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses				
Aplicações em operações compromissadas	1.046.982	14.543.863	-	-	-	15.590.845	12.299.616	15.590.845	12.299.616
Revendas a liquidar - Posição bancada	1.046.982	11.971.957	-	-	-	13.018.939	10.251.072	13.018.939	10.251.072
Revendas a liquidar - Posição financiada	-	2.571.906	-	-	-	2.571.906	2.048.544	2.571.906	2.048.544
Aplicações em depósitos interfinanceiros	69.112	-	327.119	1.066.688	-	1.462.919	1.820.435	1.462.919	1.820.435
Total	1.116.094	14.543.863	327.119	1.066.688	-	17.053.764	14.120.051	17.053.764	14.120.051

Circulante						17.053.764	14.120.051	17.053.764	14.120.051
Não Circulante						-	-	-	-

b. Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações de títulos e valores mobiliários.

	Banco		
	2º Semestre 2018	2018	2017
Rendas de Aplicações em Operações Compromissadas			
Posição Bancada	467.711	819.099	935.151
Posição Financiada	70.576	131.226	131.675
Subtotal	538.287	950.325	1.066.826
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	39.255	91.857	173.927
Total	577.542	1.042.182	1.240.753

Nota 7 - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a. Títulos e valores mobiliários

Estão classificados como “Títulos para negociação” e “Disponíveis para venda”. A apuração do valor de mercado foi realizada considerando-se os seguintes parâmetros:

- i. **Títulos públicos federais (LTNs, LFTs, NTNfs)** - é usada a taxa indicativa publicada pela ANBIMA.
- ii. **Fundos de investimento** - utiliza-se o valor da última cota subordinada informada pelo administrador do fundo, que representa o valor justo do patrimônio do fundo.
- iii. **Títulos privados** - Os títulos privados são marcados a mercado, periodicamente, por metodologia própria que considera em primeiro lugar, os preços disponíveis em mercados líquidos. Alternativamente, calculam-se os valores justos por meio de método que considera os *spreads* médios (para títulos privados semelhantes) praticados na própria carteira, de acordo com o porte do emitente. Os títulos e valores mobiliários, incluindo os instrumentos financeiros derivativos e as aplicações interfinanceiras de liquidez, são custodiados na [B] Brasil Bolsa Balcão e no SELIC, exceto cotas de fundos de investimento cujos registros são mantidos pelos respectivos administradores. O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estavam distribuídos da seguinte forma

	Vencimento					Total 2018			Total 2017				
	Nota	Sem vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Valor de curva	Valor de mercado	Ganho (perda) não realizado	Valor de curva	Valor de mercado	Ganho (perda) não realizado
Banco													
I – Títulos disponíveis para venda	41.327	14.361	1.410.168	90.020	904.531	9.735.165	12.193.306	12.195.572	2.266	12.017.200	12.021.981	4.781	
Carteira Própria													
LFT	-	-	566.860	-	-	5.208.664	5.775.079	5.775.524	445	6.174.980	6.174.671	(309)	
Fundos	41.263	-	-	-	-	-	41.263	41.263	-	38.977	38.977	-	
LF	-	14.361	350.313	90.020	729.219	729.161	1.911.222	1.913.074	1.852	1.684.399	1.689.146	4.747	
Total	41.263	14.361	917.173	90.020	729.219	5.937.825	7.727.564	7.729.861	2.297	7.898.356	7.902.794	4.438	
Carteira vinculada à recompra													
LFT	-	-	-	-	-	718.950	719.129	718.950	(179)	615.529	615.170	(359)	
Total	-	-	-	-	-	718.950	719.129	718.950	(179)	615.529	615.170	(359)	
Carteira vinculada ao Bacen													
LFT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40.301	40.288	(13)	
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40.301	40.288	(13)	
Carteira vinculada a garantias													
LF	-	-	7.964	-	175.312	8.499	191.384	191.775	391	491.348	493.321	1.973	
LFT	-	-	485.031	-	-	3.069.891	3.555.165	3.554.922	(243)	2.971.666	2.970.408	(1.258)	
QF	64	-	-	-	-	-	64	64	-	-	-	-	
Total	64	-	492.995	-	175.312	3.078.390	3.746.613	3.746.761	148	3.463.014	3.463.729	715	
II – Títulos para negociação	5.479	-	-	-	-	-	5.480	5.479	(1)	7.568	7.570	2	
Carteira própria													
CPR	16	-	-	-	-	-	17	16	(1)	-	-	-	
LF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.434	2.437	3	
LFT	5.463	-	-	-	-	-	5.463	5.463	-	5.134	5.133	(1)	
Total	5.479	-	-	-	-	-	5.480	5.479	(1)	7.568	7.570	2	
Total - TVM	<												

	Nota	Banco e Consolidado	
		2018	2017
Financiamentos rurais e agroindustriais		2.078.055	1.779.112
Financiamentos Imobiliários		25.094	6.039
Outros Créditos	20(b)	3.308.984	2.443.943
Subtotal		15.349.637	12.527.549
(-) Provisão para perdas em repasses interfinanceiros		(6.385)	(11.533)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(51.918)	(34.822)
(-) Provisão para outros créditos		(26.868)	(14.756)
Total		15.264.466	12.466.438
Circulante		9.978.292	8.540.280
Não Circulante		5.286.174	3.926.158

b. Composição da carteira por modalidade e níveis de risco

	Banco e Consolidado									2018	2017	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Operações de Crédito												
Repasses Interfinanceiros	6.889.728	802.073	171.951	21.844	-	-	-	-	-	-	7.885.596	6.754.518
Empréstimos e títulos descontados	147.377	1.005.462	105.141	49.929	9.582	5.215	1.365	747	4.539	-	1.329.357	940.295
Financiamentos	9.297	262.729	297.964	130.995	9.780	8.986	354	551	1.895	-	722.551	603.644
Financiamentos rurais e agroindustriais	130.495	1.567.022	262.353	71.193	27.918	18.014	261	513	285	-	2.078.055	1.779.112
Financiamentos Imobiliários	3.002	18.022	3.420	500	150	-	-	-	-	-	25.094	6.039
Total	7.179.899	3.655.308	840.829	274.461	47.430	32.215	1.980	1.811	6.719	12.040.654	10.083.606	10.083.606
Outros créditos	7.570	3.051.629	149.930	68.973	8.531	21.583	87	36	645	-	3.308.984	2.443.943
Total Geral	7.187.469	6.706.938	990.759	343.434	55.961	53.798	2.067	1.847	7.364	15.349.637	12.527.549	12.527.549
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	33.535	9.908	10.302	5.596	16.139	1.034	1.293	7.364	-	85.171	61.111
Total líquido de provisões em 31/12/2018	7.187.469	6.673.403	980.851	333.132	50.365	37.659	1.033	554	-	15.264.466	-	-
Total líquido de provisões em 31/12/2017	6.006.348	5.360.773	339.957	204.578	7.467	2.370	1.695	303	-	-	12.466.438	-

c. Composição da provisão de liquidação duvidosa por modalidade

	Banco e Consolidado									2018	2017	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Operações de Crédito												
Repasses Interfinanceiros	-	4.010	1.720	655	-	-	-	-	-	-	6.385	11.533
Empréstimos e títulos descontados	-	5.027	1.051	1.498	958	1.565	683	523	4.539	-	15.844	12.316
Financiamentos	-	1.314	2.980	3.930	978	2.696	176	386	1.895	-	14.355	9.877
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	7.836	2.624	2.135	2.792	5.403	131	359	285	-	21.565	12.596
Financiamentos Imobiliários	-	90	34	15	15	-	-	-	-	-	154	33
Total	-	18.277	8.409	8.233	4.743	9.664	990	1.268	6.719	58.303	46.355	46.355
Outros créditos	-	15.258	1.499	2.069	853	6.475	44	25	645	-	26.868	14.756
Total Geral	-	33.535	9.908	10.302	5.596	16.139	1.034	1.293	7.364	85.171	61.111	61.111

d. Composição por faixas de vencimento e níveis de risco

d1. Operações de crédito, repasses interfinanceiros e outros créditos com características de concessão de crédito em curso normal.

	Banco e Consolidado										2018	2017
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
01 a 30 dias	147.945	275.454	25.111	14.546	3.843	2.310	61	11	222	-	469.503	488.270
31 a 60 dias	272.499	218.814	24.352	8.950	1.065	1.687	10	49	42	-	527.468	431.843
61 a 90 dias	353.170	317.846	39.895	10.308	733	2.298	10	6	64	-	724.330	607.902
91 a 180 dias	1.368.725	1.141.115	95.030	37.423	4.317	7.339	61	84	327	-	2.654.421	2.284.665
181 a 360 dias	2.808.044	2.404.223	257.991	93.353	10.170	16.620	141	79	584	-	5.591.205	4.718.931
Acima de 360	-	2.327.275	521.451	162.687	30.231	20.485	235	453	1.638	-	5.201.541	3.937.699
Total	7.187.469	6.684.727	963.830	327.267	50.359	50.739	518	682	2.877	15.268.468	12.469.310	12.469.310

d2. Operações de crédito, repasses interfinanceiros e outros créditos com características de concessão de crédito em curso anormal.

	Banco e Consolidado										2018	2017
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Parcelas vencidas												
01 a 30 dias	-	14.783	18.527	1.093	250	435	45	32	143	-	35.308	24.368
31 a 60 dias	-	-	85	8.834	162	139	38	25	123	-	9.406	7.792
61 a 90 dias	-	-	-	87	2.583	101	47	22	135	-	2.975	2.316
91 a 180 dias	-	-	-	27	94	317	204	201	390	-	1.233	993
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	32	36	33	878	-	979	1.210
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	73	-	73	113
Total	-	14.783	18.612	10.041	3.089	1.024	370	313	1.742	49.974	36.792	36.792

	Banco e Consolidado										2018	2017
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Parcelas vincendas												
01 a 30 dias	-	208	333	202	66	59	40	29	119	-	1.056	721
31 a 60 dias	-	137	256	175	63	57	39	33	110	-	870	644
61 a 90 dias	-	149	266	174	68	57	40	20	114	-	888	620
91 a 180 dias	-	414	767	516	190	163	115	70	359	-	2.594	1.780
181 a 360 dias	-	857	1.442	1.082	462	395	252	177	522	-	5.189	3.816
Acima de 360	-	5.662	5.253	3.977	1.664	1.304	693	523	1.521	-	20.597	13.866
Total	-	7.427	8.317	6.126	2.513	2.035	1.179	852	2.745	31.194	21.447	21.447
Total	-	22.210	26.929	16.167	5.602	3.059	1.549	1.165	4.487	81.168	58.239	58.239

e. Composição da carteira por setor de atividade e prazo de vencimento

	Banco e Consolidado									2018	2017		
	Vencidas			A vencer								Total	Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	2018	2017					
Rural	-	943.579	4.913.611	2.595.836	906.413	604.212	-	-	-	9.963.651	8.533.630		
Intermediários financeiros	677	29.755	77.418	143.615	76.079	28.046	125	-	-	355.715	115.588		
Pessoas físicas	23.777	567.017	2.461.620	366.251	154.733	13.885	-	-	-	3.587.283	2.811.845		
Outros serviços	9.316	199.528	799.870	282.119	119.271	7.790	-	-	-	1.417.894	1.060.447		
Habitação	-	440	892	2.233	2.209	9.857	9.464	-	-	25.094	6.039		
Total	33.770	1.740.319	8.253.410	3.390.054	1.258.705	663.790	9.589	15.349.637	12.527.549	12.527.549	12.527.549		

f. Concentração das operações de crédito, repasses interfinanceiros e outros créditos com características de concessão de crédito.

f1. Concentração das operações – repasses interfinanceiros

	Banco e Consolidado			
	2018	%	2017	%
10 maiores devedores	2.977.650	37,76	2.667.945	39,50
50 maiores seguintes	3.115.594	39,51	2.531.355	37,48
100 devedores seguinte	1.667.744	21,15	1.429.558	21,16
Demais	124.608	1,58	125.660	1,86
Total	7.885.596	100,00	6.754.518	100,00

f2. Concentração das operações – operações de crédito

	Banco e Consolidado			
	2018	%	2017	%
10 maiores devedores	231.992	5,58	92.314	2,77
50 maiores seguintes	197.718	4,76	133.436	4,01
100 devedores seguinte	178.270	4,29	144.743	4,35
Demais	3.547.077	85,37	2.958.595	88,87
Total	4.155.057	100,00	3.329.088	100,00

f3. Concentração das operações – outros créditos com característica de concessão de crédito.

	Banco e Consolidado			
	2018	%	2017	%
10 maiores devedores	4.187	0,13	3.252	0,13
50 maiores seguintes	9.895	0,30	7.422	0,30
100 devedores seguinte	12.223	0,37	9.669	0,40
Demais	3.282.679	99,20	2.423.600	99,17
Total	3.308.984	100,00	2.443.943	100,00

g. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

g1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Operações de crédito e repasses interfinanceiros

	Banco e Consolidado		
	2º Semestre 2018	2018	2017
Saldo no início do exercício	48.176	46.355	36.465
Constituição/(reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa – Repasses Interfinanceiros	(3.016)	(5.148)	6.746
Constituição/(reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	16.515	23.941	11.533
Operações de crédito baixadas para prejuízo	(3.372)	(6.845)	(8.389)
Saldo no final do exercício	58.303	58.303	46.355

Os créditos renegociados no exercício de 2018 totalizaram R\$ 27,9 (2017 - R\$ 123.433) e decorrem de operações de Crédito Consignado, Crédito Rural e Empréstimos, que correspondem a contratos renegociados por inadimplência. A recuperação de créditos baixados como prejuízo no exercício de 2018 totalizou R\$ 4.041 (2017 - R\$ 4.723).

g2. Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Outros Créditos com característica de concessão de crédito

	Banco e Consolidado		
	2º Semestre 2018	2018	2017
Saldo no início do exercício	19.477	14.756	10.461
Constituição de provisão para créditos liquidação duvidosa	7.390	12.112	4.295

Nota 12 – Intangível - Softwares

	Banco	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.358	6.828
Aquisição	757	5.733
Alienação	(194)	(194)
Depreciação	(1.012)	(2.455)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.909	9.912
Custo total	9.180	22.046
Depreciação acumulada	(6.271)	(12.134)
Valor residual	2.909	9.912
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.909	9.912
Aquisição	58	2.472
Alienação	(2)	(2)
Depreciação	(906)	(3.088)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.059	9.294
Custo total	9.235	24.515
Depreciação acumulada	(7.176)	(15.221)
Valor residual	2.059	9.294
Taxas anuais de depreciação - %	20%	20%

Nota 13 - Depósitos

a. Composição de depósitos

	Banco						Consolidado		
	2018						2017	2018	2017
	Sem vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Total	Total
Depósitos									
Depósitos à vista	57.685	-	-	-	-	-	57.685	46.337	42.594
Depósitos de poupança	5.239.265	-	-	-	-	-	5.239.265	3.891.630	5.239.265
Depósitos interfinanceiros	-	2.588.514	3.382.777	2.846.644	16.095.768	2.114.229	27.027.932	23.192.543	27.027.932
Depósitos interfinanceiros rurais	-	157.265	-	876.151	1.580.220	232.608	2.846.244	3.426.398	2.846.244
Depósitos a prazo	-	45.607	1.071	6.345	7.635	496.972	557.630	413.183	448.200
Outros Depósitos	-	-	-	-	-	-	-	-	24.286
Total	5.296.950	2.791.386	3.383.848	3.729.140	17.683.623	2.843.809	35.728.756	30.970.091	35.628.521
Circulante							32.884.947	28.187.258	32.893.886
Não Circulante							2.843.809	2.782.833	2.734.635

b. Despesas com operações de captações no mercado

	Banco			Consolidado			
	2º Semestre			2018	2017	2018	2017
Depósitos de poupança	105.137	197.605	208.094	197.605	208.094	197.605	208.094
Depósitos interfinanceiros	928.261	1.747.722	2.364.639	1.747.722	2.364.639	1.747.722	2.364.639
Depósitos a prazo	16.733	31.004	34.995	25.098	29.226	25.098	29.226
Captação no mercado aberto	88.028	191.463	156.773	191.463	156.773	191.463	156.773
Outras despesas de captação	9.803	20.512	36.708	20.512	36.708	20.512	36.708
Total	1.147.962	2.188.306	2.801.209	2.188.306	2.801.209	2.188.306	2.795.440

Nota 14 - Obrigações por operações compromissadas

	Banco e Consolidado						2017	
	2018						Total	Total
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Total	
Própria	-	326.250	340.811	50.494	-	717.555	614.264	
Terceiros	1.398.786	1.172.363	-	-	-	2.571.149	2.048.140	
Total	1.398.786	1.498.613	340.811	50.494	-	3.288.704	2.662.404	
Circulante						3.288.704	2.662.404	
Não Circulante						-	-	

Nota 15 - Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias e debêntures

	Banco e Consolidado						2017	
	2018						Total	Total
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Total	
LCA-Pós	33.432	51.413	52.200	70.819	12.660	220.524	337.753	
Total	33.432	51.413	52.200	70.819	12.660	220.524	337.753	
Circulante						207.864	337.070	
Não Circulante						12.660	683	

Nota 16 – Obrigações por repasses do país

a. Composição das obrigações por repasses do país

As obrigações por repasses de instituições do País estão representadas por recursos obtidos por meio do BNDES/Finame, Tesouro Nacional, Banco do Brasil e Funcafé, com vencimento até 2038 e com encargos financeiros de até 11,31 % a.a.

	Banco e Consolidado							2017	
	2018							Total	Total
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total	Total
Bacen MCR 6-2 e 6-7 (a)	-	-	-	-	-	-	-	-	479.438
BNDES	-	82.982	227.491	505.651	386.815	464.803	125	1.667.867	1.432.583
Banco do Brasil / FCO	-	1.935	10.293	21.080	7.551	1.569	-	42.428	54.558
FINAME	-	34.513	141.182	285.895	201.742	91.575	-	754.907	686.768
Funcafé	-	91.346	181.463	51.691	-	-	-	324.500	364.024
Total	-	210.776	560.429	864.317	596.108	557.947	125	2.789.702	3.017.371
Circulante								771.205	1.192.051
Não Circulante								2.018.497	1.825.320

(a) Valor referente à deficiência da exigibilidade de aplicação dos Recursos de Crédito Rural – MCR 6-2 E MCR 6-7.

b. Despesas das obrigações por repasses do país

	Banco						Consolidado	
	2º Semestre						2018	2017
Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	1	1
BNDES	-	-	-	31.918	61.654	53.125	61.654	53.125
FINAME	-	-	-	14.280	26.089	18.357	26.089	18.357
Banco do Brasil / FCO	-	-	-	1.004	2.082	2.184	2.082	2.184
Outras instituições - Funcafé	-	-	-	6.578	11.242	12.152	11.242	12.152
Total	-	-	-	53.780	101.067	85.819	101.067	85.819

Nota 17 – Passivos, contingências e obrigações legais

As ações judiciais e administrativas fiscais nas quais o Bancoob é parte são classificadas pelos advogados externos e internos. A opinião jurídica leva em conta a natureza jurídica da causa, sua especificidade e também a jurisprudência dos tribunais superiores. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisão das causas judiciais passivas obedecem a Resolução CMN nº 3.823/09, conforme resumos a seguir:

a) A provisão é reconhecida somente quando: (a) o Bancoob tem uma obrigação legal ou não formalizada, presente, como consequência de um evento passado; (b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e (c) o montante da obrigação é possível de ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer uma dessas condições não for atendida, a provisão não é reconhecida.

b) Com base nessas premissas, quando for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, o Bancoob reconhece uma provisão e, quando não for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, a Instituição divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

A Administração do Bancoob entende que a provisão constituída é suficiente para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais, conforme demonstrado a seguir:

a. Obrigações legais classificadas como “risco de perda provável”

As obrigações legais classificadas como risco de perda provável e que puderam ter os valores estimados com suficiente segurança, são provisionadas e estão apresentadas por natureza no quadro a seguir, com as respectivas movimentações ocorridas no período. Os depósitos judiciais estão registrados em “Outros Créditos – Diversos”.

Provisões constituídas

a1. Composição dos saldos patrimoniais

	Banco				Consolidado			
	2018		2017		2018		2017	
	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões
Fiscais	1.324	-	391	386	1.324	1	391	387
Trabalhistas	761	2.363	706	1.597	761	2.469	824	1.757
Cíveis	772	10.791	443	2.071	772	10.934	443	2.109
Total	2.857	13.154	1.540	4.054	2.857	13.404	1.658	4.253

a2. Movimentação das provisões para causas judiciais

	Banco				Consolidado			
	2018		2017		2018		2017	
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro	386	1.597	2.071	4.054	2.342	4.253	2.566	2.566
Constituição no exercício	-	1.258	9.592	10.850	3.773	10.985	3.853	3.853
Utilização no exercício	-	(269)	(654)	(923)	(1.111)	(923)	(1.207)	(1.207)
Reversões no exercício	(386)	(223)	(218)	(827)	(950)	(911)	(959)	(959)
Saldo em 31 de dezembro	-	2.363	10.791	13.154	4.054	13.404	4.253	4.253

A provisão para riscos fiscais está registrada em Outras Obrigações – fiscais e previdenciárias (Nota 20e) e as provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão registradas em Outras Obrigações – diversas (Nota 20f).

Natureza das ações classificadas como “risco de perda provável”

i. **Trabalhistas** – Referem-se, basicamente, a jornada extraordinária além da 6ª hora.

ii. **Cíveis** – Referem-se, basicamente, a cláusulas contratuais, inscrição em cadastro de proteção ao crédito e danos morais.

a3. Cronograma esperado de saídas de benefícios econômicos

Em virtude da natureza das contingências existentes e a complexidade do ambiente jurídico do Brasil, há incertezas que não permitem uma definição razoável do cronograma de liquidação futura das ações.

b. Contingências classificadas como “risco de perda possível”

As ações classificadas como risco de perda possível não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas, quando o valor envolvido for relevante. Nesta classificação estão as seguintes contingências: (i) ações cíveis que discutam a solidariedade do Bancoob quanto a depósitos feitos em cooperativas; (ii) ação cível que discuta a responsabilidade indenizatória do Bancoob por erro cometido por cooperativa; (iii) ações de natureza trabalhista; (iv) ações administrativas fiscais previdenciárias (FAP, Bolsa de Estudos e PIS); (v) ação anulatória de lançamento fiscal ajuizada pelo Banco. O auto de infração que se pretende desconstituir através da ação anulatória, refere-se ao valor deduzido pelo BANCOOB em 2008 na base de cálculo de tributos. A dedução decorreu da natureza indenizatória do valor pago pelo BANCOOB, conforme deliberação da AGE, em decorrência de falha na prestação de serviço de responsabilidade do Banco.

b1. Saldo dos passivos contingentes classificadas como “risco de perda possível”

	Banco		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Trabalhistas	12.878	9.967	13.183	12.113
Fiscais/Previdenciárias	31.902	19.388	31.902	19.388
Cíveis	130.282	90.586	135.830	96.021
Total	175.062	119.941	180.915	127.522

Nota 18 - Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social é composto atualmente por 829.448.865 (2017 – 741.656.681) ações, sendo 417.000.482 ações ordinárias (2017 – 372.863.484) e 412.448.383 ações preferenciais (2017 – 368.793.197), todas sem valor nominal. Em 2018 houve integralização de capital no valor de R\$ 165.910.

b. Reserva de capital

O saldo de R\$ 51 (2017 - R\$ 45) refere-se ao ganho na alienação de ações em tesouraria.

c. Reserva de lucros

O estatuto do Bancoob destina 5% do lucro líquido ajustado do período à formação de reserva de lucros. Foram destir ados R\$ 11.454 (R\$ 8.732 em 2017).

Foi constituída a Reserva de Lucros – Outras, no valor de R\$ 206.737 (R\$ 157.614 em 2017), a ser destinada na próxima assembleia.

d. Dividendos

O estatuto do Bancoob assegura aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 5% do lucro líquido ajustado do exercício. Foram provisionados dividendos no montante de R\$ 10.881, equivalentes a R\$ 13,12 por lote de mil ações (2017 - R\$ 8.295, equivalentes a R\$ 11,19 por lote de mil ações).

e. Ajuste a valor de mercado

Está representado pelos ajustes decorrentes dos efeitos da marcação a mercado dos títulos disponíveis para venda conforme requerido pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central, líquidos dos efeitos tributários de imposto de renda e contribuição social. (Nota 9a).

Nota 19 - Limites operacionais - acordo de Basileia

O patrimônio líquido do Conglomerado Prudencial Bancoob apresenta-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos. O índice de Basileia em 2018 é de 17,13% (2017 – 18,15%).

Nota 20 - Outros desdobramentos das demonstrações contábeis

a. Composição de relações interfinanceiras

a1. Ativas

	Banco		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Direitos junto a participantes de sistemas de liquidação	3.627.002	3.264.791	3.662.041	3.294.315
Bacen – MCR (a)	-	479.438	-	479.438
Reservas compulsórias em espécie no Bacen	3.418	44.911	3.418	44.911
Bacen – Recolhimentos obrigatórios	1.040.037	702.480	1.040.037	702.480
Repasses interfinanceiros	7.879.211	6.742.985	7.879.211	6.742.985
Relações com correspondentes	72	72	72	72
Total	12.549.740	11.234.677	12.584.779	11.264.201
Circulante	10.157.700	9.657.000	10.192.743	9.686.524
Não Circulante	2.3			

(b) Refere-se ao pagamento às cooperativas pela liquidação de parcelas de operações do BNDES e Funcafé no valor de 50% do *spread* recebido pelo Banco dos órgãos oficiais.

(c) Referem-se aos valores dos recursos dos grupos encerrados não procurados pelos consorciados.

g. Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

	Banco			Consolidado	
	2º Semestre	2018	2017	2018	2017
Convênio Sicoob	1.997	9.401	12.530	9.401	12.530
Rendas de serviços bancários (a)	13.871	33.370	35.512	33.370	35.512
Rendas de serviços prestados de fundos	948	1.995	2.749	1.995	2.749
Rendas de administração de fundos	-	-	-	10.509	5.210
Rendas de administração de Consórcio	-	-	-	118.876	73.568
Rendas de serviços com cartão de crédito (b)	276.887	514.803	404.052	520.456	441.924
Rendas por Antecipações de Obrigações de transações de Pagamento	192.365	363.150	280.322	363.200	280.328
Rendas de recebimento de concessionárias (c)	28.525	56.909	50.402	56.909	50.402
Rendas de tarifas bancárias	45	74	61	74	61
Rendas com Serviços de Adquirência	1.083	3.345	20.579	3.327	20.579
Outras receitas diversas	19.585	54.951	39.039	73.130	54.203
Total	535.306	1.037.998	845.246	1.191.247	977.066

(a) Refere-se à prestação de serviços ao Sicoob não relacionados a tarifas bancárias.

(b) Refere-se, dentre outros, aos serviços de intercâmbio, saques, cheque eletrônico, anuidade, etc., de cartões e serviços de administração de cartões de crédito.

(c) Refere-se às tarifas sobre serviços de arrecadação de concessionárias públicas.

h. Despesas de pessoal

	Banco			Consolidado	
	2º Semestre	2018	2017	2018	2017
Honorários pagos a diretores e conselheiros	4.356	8.403	7.523	12.522	11.686
Proventos (a)	32.735	60.391	51.593	83.740	69.309
Encargos sociais (b)	14.228	26.571	23.198	36.007	30.851
Benefícios (c)	9.557	17.798	14.969	29.718	24.631
Treinamentos	2.080	3.030	1.674	3.626	1.958
Remuneração a estagiários	382	704	662	1.592	1.596
Total	63.338	116.897	99.619	167.205	140.031

(a) Refere-se, principalmente, a salários, horas extras e provisões para 13º salário e férias.

(b) Refere-se, principalmente, a provisões de INSS e FGTS de funcionários.

(c) Refere-se, principalmente, a benefícios de assistência médica, vale-transporte e vales-refeições pagos a funcionários.

i. Despesas administrativas

	Banco			Consolidado	
	2º Semestre	2018	2017	2018	2017
Despesas de água, energia, gás, manutenção e conservação	87	175	217	1.098	1.129
Despesas de comunicação	13.307	25.009	20.301	26.882	26.997
Despesas de material	472	868	5.297	1.076	5.654
Despesas de processamento de dados	30.457	67.449	62.438	69.782	63.936
Despesas com propaganda e publicidade	25.300	42.417	23.572	43.072	25.229
Despesas com serviços do sistema financeiro	17.425	27.484	68.520	28.296	68.893
Despesas de serviços de terceiros	13.968	26.918	37.597	31.086	45.515
Despesas de serviços técnicos especializados	9.841	15.391	17.911	15.608	18.264
Despesas e depreciação e amortização	4.038	8.153	5.417	10.043	8.594
Despesas com viagens	2.742	4.485	3.552	4.754	4.053
Outras despesas administrativas	8.373	12.944	7.166	28.049	10.598
Total	126.010	231.293	251.988	259.746	278.862

j. Composição de outras receitas operacionais

	Banco			Consolidado	
	2º Semestre	2018	2017	2018	2017
Recuperação de encargos e despesas	3.292	6.261	4.765	6.273	4.765
Receitas de cartões de crédito (a)	31.921	68.545	73.874	69.167	74.499
Adquirência	135.345	232.205	107.730	232.205	107.730
Outras	1.239	2.467	6.519	6.730	10.409
Total	171.797	309.478	192.888	314.375	197.403

(a) A fim de compor o total de receita com cartão de crédito, considerar também, a nota 20g.

k. Composição de outras despesas operacionais

	Banco			Consolidado	
	2º Semestre	2018	2017	2018	2017
Despesas com administração de cartões de crédito	262.539	468.724	334.565	468.961	334.550
Atualização de créditos do INSS (a)	609	1.242	1.901	1.242	1.901
Despesas com tarifas de arrecadação	19.509	39.177	33.564	39.177	33.564
Comissão sobre operações de crédito (b)	78.814	137.820	98.519	137.820	98.519
Adquirência (c)	143.904	268.405	182.589	268.405	182.589
Outras	12.347	21.432	22.466	41.815	34.195
Total	517.722	936.800	673.604	957.420	685.318

(a) Refere-se à atualização de recursos disponíveis do INSS, enquanto o benefício ainda não foi pago ao beneficiário, sendo atualizado pela taxa Selic.

(b) Refere-se às comissões pagas para as cooperativas pela comercialização dos créditos consignados tradicional e INSS.

(c) Refere-se, principalmente, a comissões repassadas para as cooperativas de crédito relativo ao credenciamento de novos estabelecimentos.

l. Resultado não operacional

	Banco			Consolidado	
	2º Semestre	2018	2017	2018	2017
Receita não operacional	172	1.239	1.203	1.245	1.215
Despesa não operacional	-	184	195	(275)	207
Amortização ágio Consórcio Ponta	631	1.656	1.887	(1.656)	1.887
Total	459	601	879	(686)	879

Nota 21 - Transações com partes relacionadas

a. Sistema Sicoob

O Bancoob foi criado, conforme descrito no contexto operacional (Nota 1), para prestar serviços financeiros, técnicos e operacionais às cooperativas de crédito nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 88.

Demonstramos abaixo as operações do Banco com o sistema Sicoob:

	Nota		2018		2017	
Ativo			8.154.620	8.588.712		
Operações de crédito e repasses interfinanceiros			8.084.021	8.548.328		
Valores a receber			3.674	7.742		
Despesas antecipadas – Comissão			66.925	32.642		
Passivo			29.975.715	24.359.561		
Depósitos			27.025.113	23.172.011		
Operações compromissadas			1.889.918	1.149.191		
Valores a pagar			1.060.684	38.359		
Receitas			743.901	787.524		
Operações de crédito e repasses interfinanceiros			531.454	624.262		
Outras receitas			212.447	163.262		
Despesas			2.207.798	2.432.267		
Captação			1.736.664	2.169.656		
Outras despesas			471.134	262.611		

b. Subsidiárias

	Bancoob DTVM		Bancoob PAR		Cabal		Consórcio Ponta	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Ativo	23	15	-	-	109	70	90	95
Valores a receber	23	15	-	-	109	70	90	95
Passivo	5.004	4.271	507	512	64.959	44.338	104	43.830
Depósitos à vista	19	3	1	4	15.030	5.796	41	526
Depósitos a prazo	4.985	4.268	506	508	40.677	38.542	63	43.304
Valores a pagar	-	-	-	-	9.252	-	-	-
Despesas	148	163	15	27	30.730	26.881	1.881	1.409
Despesas de captação	148	163	15	27	1.168	1.281	1.881	1.409
Despesas administrativas	-	-	-	-	29.562	25.600	-	-
Receitas	-	-	-	-	8	8	453	242
Receitas diversas	-	-	-	-	8	8	453	242

c. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. Nas assembleias gerais de acionistas, realizadas anualmente, é estabelecida a remuneração máxima agregada para o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva.

A remuneração paga aos diretores e conselheiros está demonstrada a seguir:

	Banco			Consolidado	
	2º Semestre	2018	2017	2018	2017
Honorários	3.447	6.775	6.144	9.690	8.972
Benefícios	1.222	2.227	1.835	3.577	3.489
Encargos	857	1.699	1.540	2.440	2.228
Total	5.526	10.701	9.519	15.707	14.689

Nota 22 – Outras informações

a. Acordos de compensação entre ativos e passivos com mesma instituição financeira

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 3.263/05, o Bancoob possui aplicações em instituições financeiras em que se permite a compensação com captações da mesma titularidade. Os valores a receber e a pagar estão demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo.

Os montantes sujeitos à compensação estão resumidos a seguir:

Descrição	Banco			2017		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor líquido	Valor a receber	Valor a pagar	Valor líquido
Depósito a prazo/CDI	3.129.036	2.524.100	604.936	3.471.295	3.025.105	446.190
Total	3.129.036	2.524.100	604.936	3.471.295	3.025.105	446.190

b. Seguros

O Bancoob adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade.

c. Garantias prestadas

As garantias concedidas, mediante encargos financeiros, relativas a avais e fianças totalizam, em 31 de dezembro de 2018, R\$ 20.957 (2017 - R\$ 6.456). Em 2018 foi constituída uma provisão no valor de R\$ 148 (2017 - R\$ 59).

d. Benefícios a empregados

Previdência complementar

O Bancoob é patrocinador da Fundação Sicoob de Previdência Privada - Sicoob Previ, constituída em novembro de 2006, que proporciona aos seus participantes e dependentes benefícios de previdência, complementares aos da previdência oficial básica, na modalidade de contribuição definida.

Em 31 de dezembro de 2018, o Sicoob Previ contava com 545 participantes ativos (2017 - 477), cuja contribuição totalizou R\$ 3.401 (2017 - R\$ 2.912).

e. Participação nos lucros

O Bancoob oferece a seus funcionários participação nos lucros (PLR), calculada conforme Acordo Coletivo de Trabalho. No 2º semestre e no exercício de 2018, foram provisionados os valores de R\$ 5.755 e R\$ 10.890, respectivamente (2017 - R\$ 5.572 e R\$ 8.922), consolidado - R\$ 5.886 e R\$ 11.137 (2017 - R\$ 5.681 e R\$ 9.134), registrado em Provisão para Participações nos Lucros.

Nota 23 – Eventos Subsequentes

Carteira de Câmbio

O Bancoob, com a visão de ser a principal instituição financeira propulsora do desenvolvimento econômico e social dos associados e com o objetivo de alavancar o portfólio de produtos, dará início às Operações de Câmbio no 1º semestre de 2019.

Composição dos órgãos da Administração do Bancoob

Conselho de Administração

Henrique Castilhanos Vilares - Presidente do Conselho
Geraldo Souza Ribeiro Filho - Vice-Presidente do Conselho
Hudson Tabajara Camilli - Conselheiro
Ivo Azevedo de Brito - Conselheiro
Luiz Gonzaga Viana Lage - Conselheiro
Marcelo Baiocchi Carneiro - Conselheiro
Miguel Ferreira de Oliveira - Conselheiro
Neilson Santos Oliveira - Conselheiro
Rui Schneider da Silva - Conselheiro

Diretoria

Marco Aurélio Borges de Almada Abreu - Diretor-presidente
Énio Meinen - Diretor
Marcos Vinícius Viana Borges - Diretor
Ricardo Simone Pereira - Diretor
Rubens Rodrigues Filho - Diretor

Contador

Primo João Cracco
CRC-SP 149.703/O-2

Resumo do relatório do Comitê de Auditoria

Introdução

- O Comitê de Auditoria do Bancoob é órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração, manifestando-se sobre as demonstrações contábeis e a efetividade do sistema de controles internos, do gerenciamento de riscos e das auditorias interna e externa.
- Além do Banco Cooperativo do Brasil S/A – Bancoob, nos termos estatutários e regimentais, o Comitê de Auditoria atua nas seguintes empresas que compõem o Conglomerado Bancoob: Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. – Bancoob DTVM, Ponta Administradora de Consórcios Ltda. e Cabal Brasil Ltda.
- A administração do Bancoob e as administrações das empresas que integram o Conglomerado são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e consistente e zelar pela conformidade às normas legais e regulamentares.
- A Auditoria Interna realiza, de forma independente, trabalhos periódicos em todas as empresas do Conglomerado, de avaliação das ações de gerenciamento de riscos e da adequação e efetividade dos controles internos.
- A PricewaterhouseCoopers (PwC) é a empresa de auditoria externa contratada para prestar serviços de auditoria das demonstrações contábeis do Bancoob e das empresas que integram o Conglomerado. Cabe à Auditoria Externa:
 - opinar sobre a adequação das demonstrações contábeis em relação à posição financeira e patrimonial, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e
 - avaliar a qualidade e adequação do sistema de controles internos, em conexão com os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, inclusive o sistema de gerenciamento de riscos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Atividades

- promoveu, no 2º semestre de 2018, 6 reuniões ordinárias;
- atuiu com independência, sempre fundamentado pelas informações recebidas da administração, dos auditores externos, dos auditores internos, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e controles internos, e do Comitê de Risco, e, ainda, pelas suas próprias convicções decorrentes de observação direta;
- acompanhou o processo de preparação das demonstrações contábeis; avaliou os aspectos relevantes, a abrangência, conformidade e clareza das notas explicativas; examinou as práticas contábeis adotadas, os procedimentos utilizados para constituição de provisões e conheceu o teor do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas;
- promoveu reuniões com a Diretoria, o Comitê de Riscos e os Conselhos de Administração e Fiscal, acompanhou os trabalhos realizados pelo Comitê de Riscos e, nas situações em que identificou oportunidades de melhoria, sugeriu aprimoramentos à instância competente;
- acompanhou e avaliou os trabalhos de: Auditoria Interna; Auditoria Externa realizada pela empresa PricewaterhouseCoopers; gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, variação de taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental, imagem, conformidade e estratégia; Gestão de Continuidade de Negócios (GCN), Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo (PLD/FT), Declaração de Apetite por Risco (RAS) e Programa de Testes de Estresse (PTE); e
- apresentou recomendações à administração, as quais constam das atas das reuniões, todas arquivadas e disponíveis para os órgãos de administração.

Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos

- Em reuniões realizadas com as áreas responsáveis e por meio da análise das informações e documentos solicitados e disponibilizados pela administração, o Comitê de Auditoria avaliou aspectos relativos ao sistema de controles internos e gerenciamento de riscos do Conglomerado, não tendo sido identificadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a organização.
- No 2º semestre de 2018 não ocorreram comunicações sobre erros, fraudes ou descumprimento de dispositivos legais ou normativos, por meio dos canais de comunicação disponibilizados aos funcionários.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob e suas controladas (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e o exercício findos nessa data, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e o exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar

a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luiz Antonio Fossa
Contador CRC 1SP196161/O-8